



ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SABROSA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Sabrosa e no Auditório Municipal, teve lugar pelas dezoito horas, a décima sexta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Sabrosa, presidida pela sua Presidente, Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão, coadjuvada pelo Primeiro Secretário da Mesa, José Carlos Correia Gonçalves e pelo Segundo Secretário da Mesa, Gilberto Marinho Monteiro Taveira. Aberta a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, após cumprimentar todos os presentes, efetuou a chamada, verificando a presença dos seguintes Membros: -----

- José Luís Pereira Mota; -----
- Dina Lúcia Borges Pereira; -----
- Suzanne da Conceição Monteiro Peixoto; -----
- José Adelino Correia Gonçalves; -----
- Luís Carlos Taveira Baptista; -----
- Rui Paulo Gonçalves Alves; -----
- Manuel António Paulos Marques; -----
- Maria João Pinto de Matos Bessa; -----
- Luís António Ribeiro Almeida; -----
- Fernando Carvalho da Silva; -----
- José Manuel de Carvalho Marques; -----
- Helena Maria Campos Ervedosa de Lacerda Pavão; -----
- **Presidentes de Juntas de Freguesia:** -----
- Filipe Daniel Rocha Barros, em substituição de Sérgio Wilson Fonseca Gonçalves; -----
- Victor Manuel Simões Teixeira; -----
- Eduardo Fernando Martins Silva Correia; -----
- Francisco António Pinto Alves; -----
- Gilberto Marinho Monteiro Taveira; -----
- Carlos Manuel Ferreira Rodrigues Madureira; -----
- João Manuel Barros da Veiga; -----
- Cilina Ledo Vilela; -----
- José Carlos Correia Gonçalves; -----
- António José Borges Garcia; -----
- Ana Cristina Fernandes Rente; -----
- António Manuel da Fonseca Venâncio. -----

Faltaram justificadamente os Deputados António Manuel dos Santos Morgado, João Manuel Alves Borges, Sérgio Manuel Pereira Freitas. -----

A Câmara Municipal esteve representada pela sua Presidente, Maria Helena Marques Pinto da Lapa, estando presentes o Vice-presidente, Martinho Barrias Gonçalves e os Vereadores António



Augusto Marques Ferreira de Araújo e Mário Augusto dos Santos Varela, tendo a Vereadora Maria Natália Sousa Pinheiro Amarante informado da sua impossibilidade de estar presente por motivos profissionais. -----

Às dezoito horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a presente sessão ordinária. -----

----- **Ponto um: Período antes da ordem do dia:** -----

----- Um ponto um: Apresentação de moções, votos de louvor, recomendações, votos de pesar, entre outros: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo o Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, João Veiga, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção: *“Quero dar uma nota de pesar pelo falecimento do Papa Francisco a 21 do presente mês, um homem inspirador que dedicou a sua vida à fé, à solidariedade e à construção de um mundo mais justo e fraterno. A sua mensagem de amor, humildade e inclusão inspirou milhões de pessoas em todo o mundo, independentemente da sua religião ou crença. Sempre atento aos desafios contemporâneos, defendeu uma Igreja de todos, para todos, sensibilizando a humanidade para a defesa das minorias, para o papel da mulher na Igreja, para os novos desafios tecnológicos e ambientais, entre outras questões de justiça social. A ausência física de Sua Santidade será sentida por todos, mas a sua presença espiritual acompanhará os caminhos de quem acredita num mundo mais justo, fraterno e humano, recordando-nos que “na noite da vida, seremos julgados em função do amor”.* -----

Presto esta homenagem à memória de um Papa que se pautou pela ação, cuja vida permanecerá como farol de esperança e inspiração para gerações futuras. -----

Que a sua alma descanse em paz e que o seu legado continue a iluminar os caminhos da humanidade”. -----

A Presidente da Assembleia Municipal, com a concordância do Presidente de Junta de Freguesia de Sabrosa, sugeriu que o Voto de Pesar passasse a constituir uma proposta comum de todos os Membros desta Assembleia Municipal. -----

De seguida, foi dada a palavra ao Deputado Luís Baptista, que propôs que se cumprisse também, um minuto de silêncio, em memória do Papa Francisco. Proposta que foi aceite e cumprida. -----

Colocado à votação, em nome de todos os membros da Assembleia Municipal de Sabrosa, foi tal Voto de Pesar aprovado por unanimidade, do qual vai ser dado conhecimento à Nunciatura Apostólica da Santa Sé em Portugal. -----

A Presidente da Assembleia Municipal comunicou que foi endereçado à família do Dr. João Almeida d'Eça, conforme aprovado na última sessão da Assembleia Municipal, o voto de pesar, tendo recebido um telefonema da sua esposa, pedindo que fosse transmitido a todos os



Membros desta Assembleia Municipal a sua sensibilização e o seu agradecimento, pelo facto de ver reconhecida por este Órgão, a memória do seu marido. -----

----- Um ponto dois: Intervenções dos Presidentes de Junta de Freguesia sobre assuntos específicos da sua freguesia: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo o Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, João Veiga, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Sabrosa, que fez a seguinte intervenção:

“Nesta minha intervenção quero dar nota da construção de diversos pavilhões no centro de acolhimento empresarial de Sabrosa, situação que muito me apraz, uma vez que aportará ao nosso concelho um maior número de empresas, aumentando assim o investimento e emprego no nosso concelho. -----

Continuando na área da economia local, venho novamente alertar para a situação crítica da viticultura duriense, uma vez que se avizinha nova vindima e grande parte do vinho encontra-se por vender nas adegas e entrepostos. Já ouvi notícias que muitas casas comerciais enviaram cartas a informar os seus produtores externos que este ano não lhes ficaram com uvas. Esta situação agrava-se a cada dia que passa e terá um impacto nefasto, principalmente nas populações mais vulneráveis do nosso concelho, que subsistem com os poucos rendimentos das suas vinhas”. -----

----- Um ponto três: Assuntos de interesse geral para o concelho: -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo os Deputados Luís Baptista, Suzanne Peixoto, José Marques, José Adelino Gonçalves e Luís Almeida solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra o Deputado Luís Baptista, que após cumprimentar os presentes, questionou a Presidente da Câmara Municipal sobre os motivos da sua visita ao Japão, em representação do Município, nomeadamente qual foi o tema e quais as contrapartidas para Sabrosa. -----

Continuou dizendo que, nas Comemorações do 25 de Abril, o Vice-presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, referiu-se a um investimento na ordem dos dois milhões e trezentos mil euros para a Estratégia Local de Habitação, pelo que questiona se este valor é o mesmo que neste Órgão foi previamente aprovado para a requalificação do Mercado Municipal. -----

Questionou ainda o porquê das obras que se encontram a decorrer, quer no Centro de Saúde, quer na Escola Miguel Torga, só agora terem sido lançadas, sendo que, no caso da escola, existe um Decreto-Lei datado de 2018, que atribui competências aos Municípios para a execução de obras. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa, que após cumprimentar os presentes, esclareceu o seguinte: relativamente à sua ida à Expo Osaka 2025, esta não foi em representação do Município de Sabrosa, mas sim pela CIM Douro, que assumiu todas as despesas e onde estiveram presentes 14 (catorze) eleitos municipais, sendo a maioria



Presidentes de Câmara e alguns Vereadores. Quanto às contrapartidas, disse que não se pode afirmar que vão existir, em particular para o Município de Sabrosa, uma vez que esta representação teve um enquadramento intermunicipal. Contudo, afirmou ainda ter tido muito orgulho, quer no pavilhão de Portugal, quer pelas visitas realizadas, mas também pelo espaço que foi dedicado ao Douro, em particular, com a exposição do Duarte Belo e da Fernanda Fragateiro, e, que, só no primeiro dia, o Passaporte Douro, em formato Japonês, esgotou, o que demonstra a grande afluência e interesse no pavilhão de Portugal e na nossa Região. Foram ainda estabelecidos contactos com várias pessoas e instituições, para além de terem sido recebidos pelo Embaixador, no dia 25 (vinte e cinco) de abril, pelo que foi uma representação, bastante simbólica para o Douro, a região e os Municípios que constituem a CIM Douro. -----

Quanto ao valor para a Estratégia Local de Habitação, esclareceu que o empréstimo aprovado neste Órgão, no ano passado, se destinava à requalificação do Mercado Municipal, o qual não se veio a concretizar, sendo apenas coincidência ser o mesmo valor estimado para a Estratégia Local de Habitação. -----

Terminou dizendo que relativamente às obras da Escola Miguel Torga e do Centro de Saúde, só estão a decorrer neste momento, porque só em junho ou julho do ano passado é que foram assinados os termos de aceitação dessas obras, tendo sido necessário executar todos os procedimentos inerentes ao arranque das mesmas, como sejam o lançamento das empreitadas, e tudo leva o seu tempo. -----

De seguida tomou a palavra a Deputada Suzanne Peixoto, que após cumprimentar os presentes, fez a seguinte intervenção: *“Em relação à cerimónia evocativa do 25 de Abril- 25/04/2025, o PSD/Sabrosa e os seus elementos, que integram a Assembleia Municipal apresentam um Protesto formal e veemente, pela forma como foram divulgadas as fotos das intervenções no facebook do município.* -----

Quem gere as redes sociais, nomeadamente o facebook do município? -----

Mais uma vez, a Democracia foi posta em causa em Sabrosa. Partilho um excerto de uma intervenção, para lembrar os mais incautos e os que preferem fechar os olhos: “Preservar instituições livres e democráticas vai muito além da realização periódica de eleições. Implica o cumprimento das promessas feitas ao povo, a escuta atenta das vozes discordantes - e não o seu silenciamento. -----

Implica o respeito pela autoridade e legitimidade de todos os órgãos democraticamente eleitos, rejeitando práticas de perseguição cega à oposição ou atitudes que fragilizem o pluralismo político.” -----

A Democracia vive da transparência, do respeito e da diversidade de pensamento. E defender isso, é um dever de todos. -----

Queria ainda referir a forma como o Sr. Vice-Presidente do Executivo, Dr. Martinho Gonçalves fez da sua intervenção das comemorações de 25 de abril um verdadeiro comício contrariando com esta a postura de um verdadeiro espírito de Abril”. -----



Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que disse que a gestão das redes sociais do Município é feita pelo Gabinete de Comunicação e autorizou que fosse concedida a palavra ao Vice-presidente da Câmara Municipal, para mais esclarecimentos. -----

O Vice-presidente da Câmara Municipal, tomou a palavra cumprimentando os presentes e esclareceu que o Gabinete de Comunicação lançou a publicação, tendo sido rapidamente alertado para a necessidade da sua correção. Relativamente à sua intervenção na cerimónia de Comemoração do 25 de Abril, não considera ter sido um “comício”, pois que apenas foi dada nota de obras em curso no Município de Sabrosa, não tendo sido referido qualquer partido. ----

De novo, no uso da palavra, a Deputada Suzanne Peixoto, disse que um erro é passível de acontecer. Contudo, o que não se justifica é que os erros têm acontecido, recorrentemente, com a oposição, porque, no seu entender, se não se tivessem manifestado, nada teria sido feito para o corrigir. Acrescentou ser importante analisar o protocolo, pois o que se verifica nas imagens publicadas é que a oposição quase não aparece e que também faz parte desta Assembleia Municipal e faz parte deste Executivo. É, pois, por isso, necessário trabalhar com todos, fazendo cumprir o protocolo e gerindo as redes sociais do Município sem exclusão de ninguém. -----

Por fim, fez um reparo quanto à intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal, dizendo que não se pode apenas falar do “bom”, como seja o PRR, mas que se deve falar de tudo. -----

Seguindo a ordem da inscrição, foi dada a palavra ao Deputado José Marques, que após cumprimentar os presentes, referiu que, de facto, existem muitos PRR's e muitas oportunidades, mas que é preciso trabalhá-las, prepará-las e fazê-las acontecer. Relativamente à intervenção do Vice-presidente da Câmara Municipal, afirmou que este apenas deu a conhecer aquilo que se está a fazer, informando o povo, independentemente de qual seja o Governo que está no poder e se é mérito do Executivo Municipal no seu todo, ou em parte, sendo que no final, o trabalho é de todos e é para os Municípios que se trabalha e a bem do território. -----

Abordou ainda algumas afirmações feitas no contexto das Comemorações do 25 de Abril, nomeadamente, a questão que foi colocada de saber se Sabrosa estaria melhor do que há 20 anos, questionando se há memória de como era feito o abastecimento de água ao concelho de Sabrosa em 2005 (dois mil e cinco), principalmente na zona sul, ou de como era feita a captação e a distribuição de água, situação que se agravava no verão, com a escassez e problemas com a qualidade da água. Relembrou o que foi possível alcançar com a ampliação da rede de saneamento a várias localidades do concelho, bem como a despoluição dos rios Pinhão e Ceira. Referiu ainda a importância da regeneração urbana da aldeia vinhateira de Provesende, com um casco histórico, de grande interesse, sendo aos dias de hoje um *ex-libris* do concelho, bem como a regeneração urbana de São Martinho de Anta e as regenerações urbanas de praticamente todas as localidades do concelho. Tudo com o esforço do Município e a ajuda de todos os Presidentes de Junta de Freguesia. -----

Questionou, portanto, se nada disto beneficiou o território. E continuou referindo a recente intervenção em Celeirós, ou a intervenção feita na Quinta das Almeidas, se alguém se lembrava



“a vergonha que aquilo era”, sendo hoje um importante espaço de lazer. Relembrou também a criação do anfiteatro da Fonte Luminosa; a ampliação da Zona Industrial de Sabrosa; o Loteamento de São Martinho de Anta; a questão da exploração de granitos, na zona norte do concelho, que era feita em reserva ambiental. Falou de seguida da melhoria da Rede Viária, com a requalificação de quase 200 km de estrada no concelho, com a construção da Variante Sabrosa-A24, a conclusão do nó de Lames, as novas redes rurais, nomeadamente a variante de Parada do Pinhão, a rede rural do Passadouro, entre outras. A requalificação/beneficiação de todas estas estradas foi um trabalho intenso e, sobretudo, mais intensa foi a procura de soluções financeiras para atender a todos estes projetos, porque implicam grandes investimentos para uma autarquia desta dimensão. -----

Continuou a sua intervenção referindo que na educação, e nomeadamente quanto à Escola Miguel Torga, para haver obras é necessário haver dinheiro e esta escola até já esteve referenciada em 2011 (dois mil e onze), para ser intervencionada, o que não veio a acontecer por várias questões, como a “troika” e todo o processo associado à “parque escolar”. No entanto, foi agora possível fazer esse investimento, assim como na área da cultura, com a criação de vários espaços museológicos e interpretativos, sendo que em 2005 (dois mil e cinco) não existia nenhum e neste momento são já cinco. -----

Terminou, afirmando que, para se fazer todas estas intervenções e investimento é necessário ter visão, estratégia bem definida no seu planeamento e na sua execução, assegurando o financiamento necessário. -----

Tomou a palavra o Deputado José Adelino Gonçalves, que após cumprimentar os presentes, e referindo-se à intervenção da Deputada Suzanne Peixoto sobre as publicações nas redes sociais do Município, quis esclarecer que a visão apresentada de “boicote ao PSD” não se verificou, pois, a ser assim, também houve “boicote” ao elemento do PS e à Banda de Música de Sabrosa, que não se viram retratados nas imagens daquela publicitação. Esclareceu, ter-se tratado de um erro de alguém do Gabinete de Comunicação, que estava a trabalhar naquele dia e logo que detetado, foi de imediato corrigido. -----

De seguida tomou a palavra o Deputado Luís Almeida, que após cumprimentar os presentes, esclareceu que relativamente à sua intervenção nas Comemorações do 25 de Abril, mais propriamente se Sabrosa estaria melhor ou pior do que há 20 anos, era uma questão, e não uma afirmação. Questão que poderia ter uma resposta afirmativa ou negativa, dependendo da pessoa, que no caso do Deputado José Marques, como se pode ver pela sua intervenção, de hoje, foi positiva. -----

Afirmou não haver necessidade de elencar todas as obras mencionadas pelo Deputado José Marques, mas acredita também que algumas delas já seriam projetos de anteriores Executivos Municipais. -----

Continuou dizendo que o Deputado José Marques, se esqueceu de duas questões: a primeira respeitante aos turistas que viriam das Filipinas e que trariam dinâmica ao concelho. E a



segunda, diz respeito a Fernão de Magalhães e à polémica sobre o seu local de nascimento. Perguntou que provas existem sobre este assunto, pois que, no seu entender, se fizerem uma investigação científica, descobrirão que não há um cientista ou um historiador que ateste que Fernão de Magalhães nasceu em Sabrosa. Para além disso, se visualizarem o filme sobre Magalhães, que foi apoiado e financiado por uma instituição, a qual o Deputado José Marques presidia, no início do mesmo, é dito que Fernão de Magalhães nasceu nas margens do Porto. Disse ainda, não ter nada contra o facto de Sabrosa ser a Terra de Magalhães, mas havendo dúvidas claras e científicas sobre a origem de Fernão de Magalhães, questionou, por que não Miguel Torga. Por que não, num próximo mandato, mudar o nome para "*Terras de Miguel Torga*". Pois que, todos sabem que Miguel Torga nasceu em Sabrosa, é nacionalmente reconhecido, é um escritor cuja obra faz parte do currículo escolar nacional e é reconhecido a nível europeu e mundial. -----

Acrescentou ainda que entende que Sabrosa está melhor do que há 20 anos atrás, independentemente de quem esteve nos Executivos Municipais neste período. Contudo, a questão é que a maioria das obras elencadas foram feitas com fundos comunitários ou financiadas pelos Governos, pelo que, no seu entender, quem quer que estivesse no Executivo Municipal também as conseguiria executar. -----

Por fim, e relativamente à publicação nas redes sociais das Comemorações do 25 de Abril, disse não querer responsabilizar ninguém, muito menos os colaboradores, que têm superiores hierárquicos, com a obrigação de autenticar e fiscalizar o trabalho efetuado, sendo que o que está em causa, não é o erro do trabalhador, mas sim, se têm ou não autonomia para o fazer, pois que os erros não deveriam acontecer. Os responsáveis devem estar atentos ao seu trabalho. Novamente, no uso da palavra, o Deputado José Marques, em resposta à intervenção do Deputado Luís Almeida, disse que esteve à frente de uma Estrutura de Missão para as Comemorações Mundiais da Circum-navegação associada a Magalhães, será porque Fernão de Magalhães é um ícone universal, não tento sido ele próprio que inventou ou justificou que Fernão de Magalhães é de Sabrosa. Para além disso, há historiadores que atestam que Fernão de Magalhães é de Sabrosa, assim como há outros historiadores, que dizem que ele terá nascido em outros locais do país, como sejam Ponta da Barca ou Porto, as teses valem o que valem. Na Estrutura de Missão o que menos importava era o seu local de nascimento, priorizando sim o feito por ele conseguido. Acrescentou que, neste contexto, só há um local em Portugal que sempre valorizou a sua relação de memória coletiva secular, associada à sua terra e a Fernão de Magalhães, que foi Sabrosa. -----

Quanto aos turistas das Filipinas, afirmou que muitos têm sido os Filipinos que passam e continuam a passar por Sabrosa. E o projeto de turismo mais abrangente não se concretizou, mas isso não invalida toda a dinâmica, todo o prestígio e toda a promoção internacional de Sabrosa, inclusivamente na NASA, que tem vindo a ser feita e da qual todos se devem orgulhar.



De seguida, e novamente no uso da palavra, a Deputada Suzanne Peixoto deu nota de que a “troika” chegou na sequência da governação pelo Partido Socialista, tendo-se chegado ao ponto de não haver quase dinheiro para pagar os salários aos funcionários públicos. -----

Afirmou ainda que quando há dinheiro os investimentos devem ser feitos, mas de uma forma racional, pois são dinheiros públicos. O dinheiro existe e o PRR também e é necessário investir, mas gostaria de saber mais sobre o dinheiro investido, pois que muitas vezes ele é investido de forma que “se evapora”. Terminou questionando os presentes se Sabrosa está a evoluir ou estará estagnada. -----

---- **Ponto dois: Período da ordem do dia:** -----

----- **Dois ponto um: Informações e esclarecimentos da Mesa da Assembleia Municipal.** --

A Presidente da Assembleia Municipal lamentou a situação ocorrida na última sessão da Assembleia Municipal, em que o Vereador Mário Varela expôs um cartaz com a palavra “mentira”, enquanto ocupava o lugar que lhe cabe nesta Assembleia Municipal, atitude que apenas chegou ao conhecimento da Mesa após o encerramento da sessão. Esta postura não é compatível com a posição que é exigida a um Eleito Local, enquanto assiste a uma sessão da Assembleia Municipal, contrariando o regimento aprovado deste Órgão, pelo que alertou que se a situação se repetir, suspenderá de imediato a sessão, que só será retomada quando reposta a normalidade. -----

----- **Dois ponto dois: Presente ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 (vinte e cinco) de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).** -----

A Presidente da Assembleia Municipal questionou os presentes se pretendiam intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo as Deputadas Maria João Bessa e Suzanne Peixoto, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra a Deputada Maria João Bessa, que após cumprimentar os presentes e referindo-se à intervenção do Deputado José Adelino Gonçalves, na última sessão desta Assembleia Municipal, aludindo a uma família feliz, disse que, no seu entender, esta história não é ainda a realidade do que se vive atualmente no concelho, pois que, um familiar do “António e da Antónia”, após ter apresentado graves problemas motores, exerceu o seu direito de solicitar estacionamento para pessoas com deficiência e não recebeu resposta. -----

A Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a Deputada Maria João Bessa, informando que neste ponto da ordem de trabalhos apenas podem ser feitas intervenções relacionadas com a discussão e correção da ata da sessão anterior. -----

De seguida tomou a palavra a Deputada Suzanne Peixoto, questionando se nesta sessão será apresentado algum documento em mão. A Presidente da Assembleia Municipal respondeu que não, mas se houvesse teria solicitado, no início da sessão, a necessária autorização à Assembleia Municipal para a sua inclusão, como é habitual. -----

De novo, no uso da palavra, a Deputada Suzanne Peixoto referiu que na última sessão houve um assunto, relativo a um processo de compra e venda, que foi retirado, por conter um erro e



que seria presente de novo na próxima sessão, tendo a Presidente da Assembleia Municipal respondido que esse assunto foi retirado por não estar em conformidade e poderá ou não voltar à Assembleia Municipal, dependendo do seu tratamento pelo Executivo. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25 (vinte e cinco) de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), com 3 (três) abstenções dos Deputados Maria João Bessa, Suzanne Peixoto e Fernando Silva. -----

A Deputada Maria João Bessa justificou a sua abstenção na votação da ata da sessão anterior alegando que na sua folha 47 (quarenta e sete), consta que a resposta à questão por si levantada na última sessão, seria enviada diretamente ao requerente, o que até agora não aconteceu. Disse considerar ainda fundamental que os compromissos assumidos por este Órgão sejam cumpridos com rigor e pontualidade, em nome da transparência e respeito institucional. -----

Foi devidamente autorizada pelo Plenário da Assembleia que se passasse de imediato à apresentação do Relatório anual de atividades da CPCJ de Sabrosa do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), que constitui o ponto treze da Ordem de Trabalho, uma vez que se encontra presente nesta Sessão a Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Sabrosa, de forma a não prolongar para hora mais tardia a sua intervenção. -----

----- **Dois ponto treze: Presente ofício n.º 10/2025 da CPCJ Sabrosa (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), datado de 12 (doze) de março de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Relatório anual de atividades da CPCJ de Sabrosa do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

Foi dada a palavra à Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Sabrosa, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e agradecendo o convite dirigido à CPCJ de Sabrosa para estar presente nesta sessão, manifestando o seu apreço pela oportunidade de partilhar, de forma geral, o trabalho desenvolvido por esta Comissão. -----

Começou por explicar, de forma sucinta, a constituição da CPCJ de Sabrosa, referindo que a mesma é composta por 15 (quinze) elementos, representantes de diversas entidades locais. Esta composição organiza-se em duas modalidades: restrita e alargada. A modalidade restrita é constituída por 5 (cinco) elementos, cada um proveniente de diferentes áreas: um representante do Município de Sabrosa, um representante do Ministério da Saúde, um representante do Ministério da Educação, um representante da Segurança Social e, por fim, um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Este núcleo tem a responsabilidade de intervir nas situações em que se verifica que uma criança ou jovem se encontra em perigo, assumindo o acompanhamento direto dos processos sinalizados à CPCJ. -----

A modalidade alargada integra todos os membros da Comissão, incluindo os que compõem a modalidade restrita. Compete a este grupo a dinamização de atividades no âmbito da promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens. -----



A Presidente da CPCJ referiu que, anualmente, é elaborado um relatório de atividades que contempla tanto o volume processual do ano em avaliação, como as ações realizadas no mesmo período. Após aprovação em reunião da modalidade alargada, este relatório é remetido para conhecimento da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, do Ministério Público de Vila Real e da Assembleia Municipal de Sabrosa. -----

Concluída esta introdução, a Presidente passou à apresentação do volume processual referente ao ano de 2024 (dois mil e vinte quatro), informando o seguinte: foram movimentados 32 (trinta e dois) processos de promoção e proteção; 13 (treze) processos transitaram do ano de 2023 (dois mil e vinte e três); 6 (seis) processos foram iniciados em 2024 (dois mil e vinte quatro); 13 (treze) processos foram reabertos durante o mesmo ano; 12 (doze) processos foram arquivados; 2 (dois) processos foram transferidos para outras CPCJ. Relativamente às transferências, a Presidente esclareceu que estas ocorrem sempre que a criança ou jovem altera a sua residência para outro concelho, uma vez que a CPCJ de Sabrosa perde a competência territorial para intervir, sendo necessário encaminhar o processo para a comissão competente da nova área de residência. No final do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), a CPCJ de Sabrosa manteve 18 (dezoito) processos ativos. -----

Ao longo dos últimos seis anos, têm-se verificado oscilações no número de processos movimentados pela CPCJ. No ano de 2024 (dois mil e vinte quatro), registou-se um aumento de 10 (dez) processos face ao ano de 2023 (dois mil e vinte três), o que representa um crescimento significativo da atividade processual. Importa ainda salientar que, no ano de 2019 (dois mil e dezanove), o volume processual atingiu os 59 (cinquenta e nove) processos. -----

No que respeita às entidades sinalizadoras, destacam-se, em 2024 (dois mil e vinte quatro), as forças de segurança (GNR), com 10 (dez) comunicações, o Ministério Público, com 8 (oito) comunicações, e os estabelecimentos de ensino, com 5 (cinco) comunicações registadas. -----

Relativamente às categorias de situações de perigo sinalizadas, sobressaem os casos de violência doméstica entre os pais, com 10 (dez) sinalizações, seguidos de situações de negligência com 5 (cinco) sinalizações e de absentismo escolar 3 (três) sinalizações. -----

No que diz respeito à aplicação de medidas de promoção e proteção, a Presidente explicou que a CPCJ privilegia, sempre que possível, a permanência da criança ou jovem no seu meio natural de vida, por se considerar essencial ao seu bem-estar e desenvolvimento manter o contacto com a respetiva rede de suporte. Assim, no ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), foram aplicadas 17 (dezassete) medidas de Apoio Junto dos Pais e 2 (duas) medidas de Apoio Junto de Outro Familiar. A maioria das crianças e jovens acompanhados são do sexo masculino. -----

Quanto ao nível de escolaridade das crianças e jovens acompanhados em 2024 (dois mil e vinte e quatro), o 3º ciclo é o que concentra o maior número de processos, seguido pela educação pré-escolar com 5 (cinco) processos, sendo que os restantes níveis de ensino registaram, cada um, 3 (três) processos. -----




Para concluir a segunda parte da intervenção, foram apresentados os motivos de cessação dos processos, tendo sido informado que 6 (seis) processos foram arquivados por se considerar que a situação de perigo já não subsistia. Foi ainda referido que cada processo de promoção e proteção pode ter uma duração máxima de 18 (dezoito) meses, com revisões obrigatórias a cada 6 (seis) meses. Embora o processo possa ser arquivado antes desse prazo, a CPCJ de Sabrosa tende a esgotar o tempo máximo previsto, por forma a garantir que a situação que motivou a sinalização se encontra efetivamente resolvida. -----

A última parte da intervenção consistiu na apresentação das atividades desenvolvidas pela CPCJ de Sabrosa durante o ano de 2024 (dois mil e vinte quatro). -----

Iniciou-se com a participação na campanha de sensibilização "*Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância*", em abril, através da adesão à Campanha Laço Azul. Foram convidadas as entidades locais a colocarem laços azuis e/ou iluminação azul nos seus edifícios, com o objetivo de sensibilizar a comunidade para esta problemática. -----

A CPCJ de Sabrosa distribuiu a todas as crianças das creches, da educação pré-escolar e do 1.º ciclo o "*Calendário dos Afetos*", contendo atividades diárias a serem realizadas em família, bem como um laço azul acompanhado da explicação sobre a sua origem. -----

Foram também realizadas sessões de sensibilização junto das crianças do 1.º ciclo, onde foram abordados os seus direitos e deveres, incluindo a leitura da história "*Cuida Bem de Mim*". Cada criança recebeu ainda um porta-chaves alusivo ao tema. -----

Em maio, em parceria com o serviço de ação social da Câmara Municipal de Sabrosa, a CPCJ de Sabrosa assinalou o Dia da Família, com um evento no Parque BB King e na exposição "*Os Locais e Culturas da Viagem de Magalhães*". A manhã contou com diversas atividades, como yoga em família, peddypaper e uma aula de zumba, terminando com um piquenique. Esta iniciativa contou com a participação de 22 (vinte e duas) famílias, num total de 74 (setenta e quatro) pessoas. -----

Na comemoração do Dia da Criança, foi entregue uma lembrança a todas as crianças dos estabelecimentos públicos e privados, com o objetivo de promover os seus direitos e valorizar a sua importância na sociedade. -----

A última atividade desenvolvida pela CPCJ de Sabrosa foi "*Um Natal Mais Feliz*", onde apelou ao espírito solidário do Grupo Continental Advance Antenna Portugal, sediado em Vila Real, no sentido de apadrinhar as crianças e jovens acompanhadas pela Comissão. A iniciativa foi acolhida com grande generosidade por parte dos colaboradores, que apadrinharam todas as crianças e jovens sinalizados. -----

No final da apresentação, a presidente manifestou-se disponível para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais sobre o relatório apresentado. -----

A Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e a excelente e esclarecedora apresentação feita pela Presidente da CPCJ e de seguida questionou se alguém pretendia




intervir neste ponto da ordem de trabalhos, tendo o Deputado Luís Batista, solicitado a sua inscrição. -----

Tomou a palavra o Deputado Luís Baptista agradecendo e enaltecendo o trabalho realizado por esta CPCJ, pois sabe que é um trabalho difícil e muitas vezes não se conseguem atingir os objetivos pretendidos. Questionou, relativamente aos três casos de absentismo referidos, se algum deles corre o risco de abandono escolar, se são casos de famílias destruídas ou monoparentais e qual a grau de receptividade desses pais ou encarregados de educação, no sentido de reverter essa situação e contribuir para o bem-estar da criança. -----

A Presidente da CPCJ respondeu que não há qualquer entrave no que respeita à articulação com as famílias, contudo nem sempre se consegue "*atingir o ideal*". Dois dos casos, eram jovens que estavam a atingir a maioridade e que assim que perfizeram os 18 anos assinaram o pedido de não intervenção. Este pedido de não intervenção pode ser assinado desde os 12 anos de idade, mesmo que os pais ou encarregados de educação sejam a favor do acompanhamento, caso em que automaticamente a situação passa para o Ministério Público, pois que a CPCJ só pode intervir em casos com a autorização dos responsáveis pelas crianças e com o consentimento da criança, quando maior de 12 anos. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

De volta à normal sequência da ordem de trabalhos, passou-se à apresentação do seguinte ponto: -----

--- Dois ponto três: Presente informação da Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que destacou alguns pontos da Informação enviada aos deputados, como sejam, relativamente à Unidade Orgânica Flexível - Obras, Serviços e Ordenamento do Território, o destaque para algumas obras por administração direta, que estão a ser executadas no sentido do cumprimento de várias iniciativas municipais já elencadas e que sofreram desenvolvimentos, nomeadamente: a transformação de edifício em Vilela para adaptação a memorial ao General Loureiro dos Santos; os trabalhos de alteração/pavimentação no talude lateral à rotunda Fernão de Magalhães e a manutenção de outros espaços verdes. Estão a decorrer várias empreitadas estruturantes para o território e para as nossas pessoas, nomeadamente: as empreitadas no âmbito da Estratégia Local de Habitação; a reabilitação e modernização da Escola Básica e Secundária Miguel Torga; a reabilitação do edifício do jardim-de-infância de São Martinho de Anta; a requalificação e conservação das instalações do Centro de Saúde de Sabrosa; a reabilitação de depósito de água no lugar de Tenaria, Roalde. -----

E continuam em andamento: o projeto do Loteamento de Santa Bárbara – Fase II; projeto da Casa Mortuária de Parada do Pinhão; o projeto das obras de reabilitação do Armazém Municipal;



o do Mercado Municipal. Relativamente a este último, deu nota de que foi candidatado, como produto turístico, de forma a obter-se financiamento para a sua execução. -----

No âmbito da Educação, Saúde e Ação Social, deu nota de que se realizou, a 21 de fevereiro, no Auditório da Escola Secundária Miguel Torga, a apresentação pública do projeto da "*Reabilitação da Escola Básica e Secundária Miguel Torga, Sabrosa*", juntamente com a assinatura do Auto de Consignação da obra. E que, como é tradicional, realizou-se o Desfile de Carnaval das escolas pelas principais artérias de Sabrosa; que foi neste período, nomeadamente a 3 de fevereiro, que iniciaram as obras de requalificação do Centro de Saúde de Sabrosa. E que no passado dia 31 de março, em colaboração com a ULS Trás-os-Montes e Alto Douro, se comemorou o Dia do Doente de AVC, num evento importante e muito participado. -----

Relativamente ao Radar Social, informou que já foram trabalhadas, em 2025 (dois mil e vinte e cinco), 7 (sete) freguesias; e que, se realizou a Gala "*Os Nossos Bebés Natalidade Sabrosa 2024*", com a participação dos 25 (vinte e cinco) bebés nascidos no ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro); passamos a fazer parte da "*Bolsa de Acompanhantes de Maior Acompanhado*", através da assinatura de protocolo entre o Município de Sabrosa e a Procuradoria da República da Comarca de Vila Real. -----

Quanto à ELH, adquiriu-se e reabilitou-se um fogo em Lage, Saudel, freguesia de São Lourenço de Ribapinhão, obra essa que está em curso com 20% de execução e com 2 (dois) autos de vistoria e medição de trabalhos efetuados; adquiriu-se e estão a ser reabilitados 3 (três) fogos na Rua da Fonte, em São Lourenço de Ribapinhão, com termo de aceitação e responsabilidade assinados, sendo que a obra encontra-se em curso com 15% de execução; reabilitou-se também 2 (dois) fogos em Feitais, obra em curso com 40% de execução e 4 (quatro) autos de vistoria e medição de trabalhos efetuados; estão a ser reabilitados 2 (dois) fogos em Donelo, com termo de aceitação e responsabilidade assinados, obra com 25% de execução e com 4 (quatro) autos de vistoria e medição de trabalhos efetuados; reabilitação de 2 (dois) fogos em Provesende, obra em curso com 10% de execução e apenas um auto de vistoria e medição de trabalhos efetuado; aquisição e reabilitação de 2 (dois) fogos na Rua Fundo de Vila em São Lourenço de Ribapinhão, obra em curso, sem nenhum auto de vistoria e medição de trabalhos; aquisição e reabilitação de 2 (dois) fogos na Rua da Portela em Celeirós do Douro, obra em curso, sem nenhum auto de vistoria e medição de trabalhos; aquisição e reabilitação de 2 (dois) fogos na Rua do Assento em Vilarinho de São Romão, obra em curso; aquisição e reabilitação de 2 (dois) fogos na Rua do Cruzeiro em Torre do Pinhão, obra em curso, com auto de consignação assinado; aquisição e reabilitação de 2 (dois) fogos na Rua Cimo do Povo em Fermentões, obra a iniciar; construção de 10 (dez) fogos na Tintureira, em São Martinho de Anta, concluída a análise das propostas e em processo de adjudicação da empreitada; reabilitação de 5 (cinco) fogos no Bairro João Paulo II, em Sabrosa, concluída a análise das propostas e em processo de adjudicação da empreitada; aquisição e reabilitação de um fogo na Rua do Teixeira em São Martinho de Anta, obra a iniciar com a assinatura do contrato de empreitada; aquisição e reabilitação de 2 (dois) fogos na Rua



de Santa Bárbara em Sabrosa, obra a iniciar com a assinatura do contrato de empreitada; aquisição e reabilitação de 2 (dois) fogos na Rua Irmãos Teixeira em Vilarinho de São Romão, obra em fase de 2.º concurso de empreitada, dado que o 1.º ficou deserto; aquisição e reabilitação de 4 (quatro) fogos na Rua do Espírito Santo em Parada do Pinhão, obra a iniciar com a assinatura do contrato de empreitada e reabilitação de 2 (dois) fogos na Rua do Quelho em Vilela do Douro, obra em fase de concurso de empreitada e análise de propostas. -----

Deu ainda nota de que das 25 (vinte e cinco) candidaturas dos beneficiários diretos, 5 (cinco) foram analisadas pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), que manifestou falta de condições para continuar a analisar as candidaturas a nível nacional, passaram essa análise para os Municípios. O Município de Sabrosa passou a avaliar as 20 (vinte) candidaturas remanescentes, das quais apenas 3 (três) estão ainda por analisar. -----

Relativamente à UOF de Desenvolvimento e Empreendedorismo Local, destacou a submissão e acompanhamento de várias candidaturas ao NORTE 2030, nomeadamente: aprovado o projeto “Vida Ativa” e submetidas a “Regeneração Urbana da Rua do Pousado em São Martinho de Anta; “Via panorâmica com Rota de Miradouros Cais da Foz-Donelo”; “Investimentos em baixa na gestão de resíduos urbanos do Município de Sabrosa”; “Reabilitação do Largo das Fontainhas”; em Sabrosa; o PIPSE; Proteção Civil Município de Sabrosa; remodelação e adaptação de infraestrutura tecnológica do Auditório Municipal; Balcão da Inclusão; Sabrosa + digital inovador; melhoria da eficiência energética das Piscinas Rosa Mota e Centro Cultural e Biblioteca Municipal – Casa Fado Manassés. Foi ainda submetida ao Turismo de Portugal a candidatura para uma residência artística, para antiga escola de Paradela de Guiães e ao PRR estão submetidas: o desenvolvimento de projetos no âmbito da reformulação do atendimento dos serviços públicos; promoção da transformação digital da Administração Pública através da integração de ferramentas; e aprovadas estão: cuidados de saúde primários com mais respostas; requalificar ou adaptar edifício para aumentar a capacidade, ou melhoria de condições (Centro de Saúde); requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética (Piscinas Rosa Mota); cadastro da propriedade rústica e sistema de monitorização de ocupação do solos; modernização dos estabelecimentos públicos de ensino (Escola Miguel Torga). -----

Acrescentou que, ainda neste período, realizou-se e apoiaram-se vários eventos e iniciativas que aconteceram por todo o concelho, onde as agendas tiveram programação para todas e todos, e todos os gostos; foi neste período que se realizou em Souto Maior a X Feira Tradicional do Porco; em Provesende, o Festival dos Potes e da Gastronomia, que foram um grande sucesso, como muito bem todos podemos comprovar. -----

A Autarquia esteve presente na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, em Lisboa, no dia 14 de março, numa iniciativa que foi, mais uma vez, um sucesso. -----

No âmbito da sua agenda pública institucional, deu nota, a título de exemplo, que neste período



esteve presente na Apresentação do Plano de Ação para a Cultura NORTE 2030 – CCDRN, em Vila Real e na Cerimónia da Assinatura do Protocolo: Bolsa de Acompanhantes de Maior Acompanhado, na sede do Ministério Público, em Vila Real. -----

Para terminar, do ponto de vista da Divisão Administrativa, Financeira e Patrimonial e da sua gestão, disse que o Dr. João Areias já não se encontra a desempenhar funções nesta Câmara Municipal. Neste sentido, deixou um agradecimento público pelo seu trabalho desempenhado ao longo dos últimos anos nesta casa e desejou-lhe sucessos no novo projeto. -----

Relativamente ao período em apreço, e a título de exemplo, disse que a Câmara Municipal, desde o início do ano, gerou um superavit orçamental total de €119.817,99 (cento e dezanove mil, oitocentos e dezassete euros e noventa e nove cêntimos). E que, relativamente aos Fundos Disponíveis, o montante disponível para este efeito, retirado da Medidata, se cifrava, no final deste período de análise, em €1.333.440,40 (um milhão, trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta euros e quarenta cêntimos). -----

Terminou dizendo estar à disposição para responder às questões que considerem necessárias. Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer outra intervenção. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

A Mesa informou o Plenário de que, durante a discussão deste ponto, o Deputado Luís Almeida, por motivo de força maior, teve que se ausentar definitivamente desta Sessão, mas mantém-se o quórum necessário à continuação dos trabalhos. -----

----- Dois ponto quatro: Presente informação n.º 4328/25 da UOF AFP datada de 14 (catorze) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto: Conta de Gerência 2024 (dois mil e vinte e quatro). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor:
“Aprovado, por maioria, com o voto contra do Vereador Mário Varela, a Conta de Gerência do ano económico de 2024 (dois mil e vinte quatro), submetendo à apreciação e votação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação”. -----

Foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal que apresentou sucintamente o documento em discussão, com a seguinte intervenção, que por ter sido entregue à Mesa, segue textualmente transcrita: *“De forma a dar um enquadramento inicial aos resultados apresentados, que correspondem ao ano económico de 2024 e ao terceiro exercício económico integral da legislatura do quadriénio 2021-2025, importa realçar que, a principal novidade, relativamente aos anos económicos anteriores, se prende com o facto de, para o seu apuramento final, ter sido aplicada, pela primeira vez na totalidade, a NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação, que faz com que os resultados finais obtidos apresentem um valor inferior ao dos anos anteriores.* -----

De um modo geral, e ainda com as influências económicas negativas provocadas pela conjuntura mundial e económica que se vive, com o continuar de um ciclo económico inflacionista e da permanência de elevadas taxas de juro, os resultados obtidos no final do ano consideram-se



satisfatórios e revelam, apesar de tudo, um consolidar de um esforço consistente, contínuo, responsável, rigoroso, crescente e de preocupação com as gerações futuras. -----

De forma global, o exercício apresentado destaca-se pelo resultado alcançado no âmbito da Execução Orçamental, onde se obteve uma Receita com uma taxa de 85,9%, estando em cumprimento com o indicador de alerta precoce (mínimo 85%) da DGAL. Resultados estes que foram obtidos apesar do enorme esforço realizado no sentido de se continuar a apoiar, cada vez mais e melhor, todas e todos, de forma transversal e indo ao encontro das necessidades dos vários agentes da nossa sociedade local, sejam munícipes, empresas, associações ou IPSS's. - Destaca-se, precisamente no âmbito social, o contínuo aumento do investimento/apoio realizado desde o início da legislatura nos apoios concedidos no âmbito das funções sociais aos cidadãos/famílias ou às Instituições sem Fins Lucrativos, associações e ao terceiro setor, através das IPSS's, que neste exercício aumentou 29% face ao ano anterior, num esforço que revela claramente a prioridade e importância que este executivo dá ao trabalho desenvolvido neste âmbito. -----

Isto, ao mesmo tempo que continuamos a Abraçar e Construir o Futuro do Concelho de Sabrosa com vários investimentos importantes e com a concretização de vários projetos estruturantes, como é exemplo o trabalho realizado no âmbito da Estratégia Local de Habitação. -----

Destaca-se ainda que não existem quaisquer indicadores de alerta precoce e que se cumpriram integralmente todos os deveres de informação. -----

Relativamente ao Resultado Líquido do Período, dá-se nota de que se registou o valor de € – 557.573,26. Como já referido, tal valor acontece em virtude de se aplicar, pela primeira vez na íntegra, a NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação. Realça-se que, não se aplicando esta nova realidade, e tendo por base as fórmulas aplicadas nos exercícios anteriores, o resultado líquido que se teria obtido era de, aproximadamente, 821 mil euros. Destaca-se ainda que para o apuramento do Resultado Líquido do Período contribuiu o investimento realizado pela autarquia de montantes reembolsáveis, mas ainda não recebidos, no valor de €536.679,62, que influenciariam, de forma decisiva e positiva, o resultado obtido. -----

Dá-se ainda nota de que a 31 de dezembro de 2024, a autarquia dispunha de um saldo da conta de gerência de €1.056.206,33. -----

Todos os dados apresentados são atestados pela Certidão Legal de Contas que exprime que “se aprovem os documentos de prestação de contas desta Entidade”, “nas condições apresentadas no exercício, e uma vez ponderadas as conclusões constantes nesta, e verificando-se o cumprimento dos normativos legais aplicáveis”, revelando, e mais uma vez, um desempenho adequado e consciente na gestão desta autarquia. -----

Para finalizar, destaca-se, mais uma vez, o modo responsável do executivo permanente da Câmara Municipal no desempenho das suas funções, o sentido público e zeloso de todos os trabalhadores e colaboradores, o envolvimento e participação dos Munícipes demonstrado ao




longo do último ano e a interação e cooperação institucional com as Freguesias e demais instituições do concelho". -----

Colocado o assunto a discussão, foram apresentadas duas declarações de sentido de voto, uma de sentido de voto favorável à aprovação da Conta de Gerência do ano económico de 2024 (dois mil e vinte quatro), pelo Deputado José Marques, em representação dos Membros eleitos do Partido Socialista e uma declaração de sentido de voto contra, apresentada pela Deputada Suzanne Peixoto, em representação dos Membros eleitos pelo Partido Social Democrata, que se encontram transcritas na Deliberação. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a Conta de Gerência do ano económico de 2024 (dois mil e vinte quatro), com 4 (quatro) votos contra dos Deputados Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, Fernando Silva e Luís Baptista. Declaração de voto favorável à aprovação da Conta de Gerência do ano económico 2024 (dois mil e vinte e quatro): “ *O grupo parlamentar do Partido Socialista, relativamente à Prestação de contas 2024, quer neste momento congratular o Executivo Municipal porque, apesar de o resultado líquido do período apresentar uma realidade diferente daquela a que esta gestão nos habituou em todos os outros anos deste mandato por motivos já bem justificados e contextualizados aqui, foi um exercício que revelou, mais um vez, o grande esforço que é feito para apoiar todo o tecido social concelhio e as pessoas naquilo que é competência da autarquia, com mais um aumento significativo, 29%, verificado neste exercício, revelando uma preocupação permanente com o presente e as gerações futuras.* -----

Isto, ao mesmo tempo que estão em marcha grandes projetos e empreitadas no concelho, algumas delas comparticipadas, mas que sofrem atrasos dos valores a receber, obrigando o município a adiantamentos que influenciam, diretamente a capacidade de gestão da autarquia. Apesar disso, é do conhecimento público, que esses projetos e essas obras estão em marcha, construindo um território mais atrativo para os que cá vivem e os que para cá querem vir. -----

Isto, sem que haja quaisquer indicadores de alerta precoce assinalados, e cumprindo-se integralmente todos os deveres de informação pela autarquia, e terminando o ano com saldo da conta de gerência de mais de um milhão de euros. -----

Por tudo isto, e pelo modo responsável com que esta Câmara Municipal desempenha as suas funções, de forma atenta e próxima, com todas as munícipes e todos os munícipes, com as forças vivas do nosso concelho e no trato institucional com todos os trabalhadores e demais parceiros, Parabenizamos o Executivo Municipal pelos resultados obtidos, pela gestão demonstrada e votamos favoravelmente a aprovação da mesma”. -----

Declaração de voto de sentido contra a aprovação da Conta de Gerência do ano económico de 2024 (dois mil e vinte e quatro): “*Considerando que a informação nº 208/25 da UOF AFP datada de 3 (três) de Janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto: Modificação Orçamental nº 26 que corresponde à Alteração Modificativa nº 6 (revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa nº 6, Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da receita nº 4, Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento nº 19 e Alteração*



Modificativa ao Plano de Atividades Municipais nº 21, presente a Reunião de Câmara de 09/01/2025, altera e condiciona de forma significativa os valores apresentados na Conta de Gerência de 2024, e que a mesma não foi apreciada em tempo útil e de forma legal, ou seja, deveria ter sido presente ao Executivo Municipal até ao fim do ano de 2024 e sujeita a votação em termos da sua aprovação, o que comprovadamente não aconteceu. -----

Assim, e atendendo ao exposto, a Conta de Gerência 2024, apresenta valores que não são do ponto de vista legal, passíveis de apreciação, estando em causa a forma irregular como foi subtraído ao Orçamento 2024 o montante, constante da Modificação Orçamental nº 26, Alteração Modificativa nº 6, no valor de 1.147.120,36 €, que permitiu de forma artificial, fixar a taxa de execução do mesmo acima dos 85%, ou seja, alimentaram-se expectativas que foram goradas por falta de visão e de falta de capacidade para a realização com eficiência. -----

Pelo exposto, e considerando os argumentos apresentados, entende o PSD/Sabrosa não estarem reunidas as condições mínimas, em termos de credibilidade, para serem aprovados os documentos constantes da Conta de Gerência 2024, daí o nosso voto contra em sede de votação". -----

A Presidente da Câmara Municipal, em face das questões levantadas sobre a Modificação Orçamental, na declaração de voto do Partido Social Democrata, solicitou que fosse permitido que o Chefe de Serviços de Gestão Contabilística e Contratação, Marcelo Parafita, tomasse a palavra para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Tomou a palavra o Chefe de Serviços de Gestão Contabilística e Contratação, que após cumprimentar os presentes, esclareceu que pela primeira vez foi feita uma alteração orçamental que apenas foi presente a reunião do Executivo e não à Assembleia Municipal, em virtude de ter sido recebido um Parecer com essa indicação e que quase todas as Câmaras Municipais o estão a aplicar, pelo que não existe nada de irregular. -----

----- Dois ponto cinco: Presente informação n.º 4331/25 da UOF AFP datada de 14 (catorze) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto: Saldo da Conta de Gerência 2024 (dois mil e vinte e quatro). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, autorizar a introdução do Saldo da Conta de Gerência, relativa ao ano de 2024 (dois mil e vinte quatro), no valor de €1.056.206,33 (um milhão, cinquenta e seis mil, duzentos e seis euros e trinta e três cêntimos), no ano económico de 2025 (dois mil e vinte e cinco), submetendo-se à apreciação da Assembleia Municipal". -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a autorização da introdução do Saldo da Conta de Gerência relativa ao ano 2024 (dois mil e vinte e quatro), no ano económico de 2025 (dois mil e vinte cinco), com 4 (quatro) abstenções dos Deputados Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, Fernando Silva e Luís Baptista. -----




----- **Dois ponto seis: Presente informação n.º 4345/25 da UOF AFP datada de 14 (catorze) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Modificação Orçamental n.º 8 que corresponde à Alteração Modificativa n.º 2 (revisão), Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita n.º 1, Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Despesa n.º 2, Alteração Orçamental Modificativa ao Plano de Atividades Municipais n.º 2 e Alteração Orçamental Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento n.º 2. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, a Modificação Orçamental n.º 8, que corresponde à Alteração Modificativa n.º 2 (Revisão), Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Despesa n.º 2, Alteração Modificativa Orçamental ao Orçamento da Receita n.º 1 e à Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais n.º 2 e Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento n.º 2, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c), do n.º1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação"*. -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a Modificação Orçamental n.º 8 que corresponde à Alteração Modificativa n.º 2 (revisão), Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita n.º 1, Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Despesa n.º 2, Alteração Orçamental Modificativa ao Plano de Atividades Municipais n.º 2 e Alteração Orçamental Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento n.º 2, com 3 (três) abstenções dos Deputados Suzanne Peixoto, Maria João Bessa e Luís Baptista. -----

----- **Dois ponto sete: Presente informação n.º 4016/25 da UOF AFP datada 7 (sete) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Estatuto do Direito de Oposição – Relatório 2024 (dois mil e vinte e quatro). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *"Tomado conhecimento, submetendo à Assembleia Municipal"*. -----

Colocado o assunto à discussão, solicitou a sua inscrição a Deputada Suzanne Peixoto, que tomou a palavra apresentando a seguinte intervenção: *"O Estatuto do Direito da Oposição, aprovado pela Lei nº 24/98, de 26 de Maio, assegura às minorias o direito de construir e exercer uma oposição democrática aos órgãos das Autarquias Locais de natureza representativa. -----*

Assim, de acordo com o nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal dar cumprimento ao Estatuto do Direito da Oposição e á sua Presidente a competência própria para promover o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição e a publicação de respetivo Relatório de Avaliação. -----

São titulares do Direito de Oposição os partidos políticos nos órgãos deliberativos das Autarquias Locais e que não estejam representados no correspondente Órgão Executivo bem como aqueles que, representados na Câmara Municipal, nenhum dos seus representantes assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, bem como os grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer Órgão Autárquico. -----



Considerando o exposto e à semelhança dos anos transatos, entende o PSD/Sabrosa, que o documento apresentado hoje não reflete a verdade, não corresponde de forma alguma aquilo que foram as práticas implementadas pela Sr.ª Presidente do Executivo e seus Vereadores com Pelouros, no que ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição diz respeito, assim, no decorrer do ano de 2024. -----

Esquecendo-se que comemoramos em 2025, 51 anos de liberdade que nos foram proporcionados pelo 25 de Abril de 1974, o simples exercício de funções políticas, de forma transitória, não pode nem deve permitir tudo, e mais alguma coisa, nas sociedades democráticas e abertas, como aquela em que vivemos, o direito à crítica é um dos mais importantes desdobramentos de Liberdade de Expressão. Vou citar as palavras de Ramalho Eanes, um dos nossos Presidentes da República de Portugal: "Abril ofereceu as liberdades mas esqueceu-se de criar cidadãos". Que saibamos respeitar as diferenças, no pluralismo e na dignidade de cada cidadão". -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- Dois ponto oito: Presente informação n.º 3814/25 da UOF AFP datada de 1 (um) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto: Lista de adjudicações plurianuais, de 1 (um) de fevereiro a 31 (trinta e um) de março de 2025 (dois mil e vinte e cinco), em cumprimento da deliberação aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 17 (dezassete) de dezembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "*Tomado conhecimento, submetendo à Assembleia Municipal*". -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Tomado conhecimento. -----

----- Dois ponto nove: Presente informação n.º 4019/25 da UOF AFP datada de 7 (sete) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto: Segunda alteração ao Mapa de Pessoal 2025 (dois mil e vinte e cinco). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "*Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, a segunda alteração ao Mapa de Pessoal 2025 (dois mil e vinte e cinco), submetendo à apreciação da Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 5 do artigo 29.º, do Anexo I, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação*". -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a segunda alteração ao Mapa de Pessoal 2025 (dois mil e vinte e cinco), com 4 (quatro) abstenções dos Deputados Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, Fernando Silva e Luís Baptista, de acordo com a alínea o), do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação. -----

----- Dois ponto dez: Presente informação n.º 4021/25 da UOF AFP datada de 7 (sete) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto: Segunda alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2025 (dois mil e vinte e cinco). Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "*Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador*"



Mário Varela, a segunda alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2025 (dois mil e vinte e cinco), submetendo à Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 30.º, Anexo I, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação". -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a segunda alteração ao Mapa Anual de Recrutamento Autorizado (MARA) 2025 (dois mil e vinte e cinco), com 4 (quatro) abstenções dos Deputados Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, Fernando Silva e Luís Baptista. -----

----- **Dois ponto onze: Presente informação n.º 3988/25 da UOF AFP datada de 4 (quatro) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto:** Proposta de aprovação de minuta de acordo de financiamento entre Comunidade Intermunicipal do Douro e o Município de Sabrosa – Transportes. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: "Aprovado, por unanimidade, a minuta de acordo de financiamento entre Comunidade Intermunicipal do Douro e o Município de Sabrosa – Transportes, de acordo com a informação técnica, autorizando a Presidente da Câmara Municipal a outorgar o respetivo acordo. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal de Sabrosa, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1, do artigo n.º 33, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação". -----

Colocado o assunto à discussão, não se registou qualquer intervenção. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, autorizar, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração do Acordo de Financiamento, entre a Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro) e os Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, São João da Pesqueira, Santa Marta de Penaguião, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, relativo ao financiamento do exercício pela CIM Douro das competências nela delegados pelos referidos municípios, nos termos da minuta constante do Anexo II, como é o caso deste município, de acordo com o modelo e critérios de repartição descritos no Estudo constante do Anexo III, da informação técnica. Foi ainda deliberado autorizar, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a despesa e compromissos plurianuais associados à celebração, pelo Município de Sabrosa do Acordo de Financiamento relativo ao financiamento do exercício pela CIM Douro das competências nela delegadas pelos referidos municípios suas competências enquanto autoridade de transportes, com repartição de encargos e compromissos plurianuais nos anos económicos 2026 (dois mil e vinte seis) a 2030 (dois mil e trinta), nos termos previstos no Anexo IV da informação técnica. -----

----- **Dois ponto doze: Presente informação n.º 3006/25 da UOF OSOT datada de 19 (dezanove) de março de 2025 (dois mil e vinte cinco), referente ao assunto:** Pedido de parecer de isenção do Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e de Imposto de selo, de acordo com a Lei 111/2015 de 27 de agosto de 2015, dos prédios rústicos com os artigos matriciais nºs 947 e 934, da requerente Quinta do Gontelho, Lda. Contém



deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovado, por maioria, com o voto contra da Vereadora Natália Amarante, emitir parecer favorável à isenção de Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) e de Imposto de selo, à requerente Quinta do Gontelho, Lda., relativamente aos prédios rústicos com os artigos matriciais n.ºs 947 e 934, submetendo à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação”.* -----

A Presidente da Assembleia Municipal informou que a Mesa decidiu retirar este assunto da ordem de trabalhos, dado não estar corretamente instruído para poder ser apreciado por esta Assembleia Municipal. -----

----- Dois ponto catorze: Presente informação n.º 4183/25 da UOF ESAS datada de 10 (dez) de abril de 2025 (dois mil e vinte cinco), referente ao assunto: Nomeação dos novos membros do Conselho Municipal de Educação de Sabrosa. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, submeter à Assembleia Municipal de Sabrosa a presente proposta de alteração à constituição do Conselho Municipal de Educação, de acordo com o artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação”.* -----

No uso da palavra a Presidente da Câmara Municipal esclareceu que sempre que há alteração das pessoas designadas para este Conselho, torna-se necessário apresentar essa alteração a este Órgão. Deste modo, a composição deste Conselho foi alterada, no que diz respeito ao representante da Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária Miguel Torga, Sabrosa e o representante das Forças de Segurança - Comando do Posto Territorial de Sabrosa da Guarda Nacional Republicana. -----

Deliberação: Aprovada por unanimidade, a proposta do Executivo Municipal de alteração da constituição do Conselho Municipal de Educação de Sabrosa. -----

----- Dois ponto quinze: Presente informação n.º 4333/25 do GAP datada de 14 (catorze) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), referente ao assunto: Ratificação da celebração do Contrato de Cooperação Interadministrativo entre o Município de Sabrosa, a Secretária-geral do Ministério da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, para obras de reabilitação/ampliação de um imóvel para a instalação do novo Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Sabrosa. Contém deliberação do Executivo Municipal do seguinte teor: *“Aprovado, por maioria, com a abstenção do Vereador Mário Varela, a minuta do Contrato de Cooperação Interadministrativo entre o Município de Sabrosa, a Secretária-geral do Ministério da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, para obras de reabilitação/ampliação de um imóvel para a instalação do novo Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Sabrosa, bem como autorizar a Presidente da Câmara Municipal a outorgar o respetivo contrato, submetendo à Assembleia Municipal para ratificação, de acordo com a alínea g) e m) do n.º 1, do artigo n.º 33, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação”.* -----




Colocado o assunto à discussão, solicitaram a sua inscrição os Deputados Suzanne Peixoto e José Adelino Gonçalves. -----

Tomou a palavra a Deputada Suzanne Peixoto que, em representação dos Membros do Partido Social Democrata apresentou uma justificação da abstenção do seguinte teor: *"Relativamente a este assunto, foi apresentada uma declaração pelo Vereador do PSD/Sabrosa, eleito democraticamente, na Reunião de Executivo de 25/08/2022, Período antes da ordem do dia, que passamos a citar: "Assunto: Antiga Escola Primária de Sabrosa. Instalações Futuras da Guarda Nacional Republicana em Sabrosa -----*

Relativamente às palavras da Sr.ª Presidente do Executivo proferidas na Reunião do Executivo de 11/08/2022, no que à futura instalação da GNR na antiga Escola Primária de Sabrosa diz respeito, reforço de forma reiterada, a minha forte oposição a esta solução, ou seja, trata-se de um erro grosseiro que a concretizar-se causará enormes prejuízos à Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa e ao Patronato de Santo António, Instituições que devem beneficiar da cedência daquelas instalações, considerando a necessidade absoluta de melhorarem os seus serviços e aumentarem a sua oferta. -----

Como também já referi, e relativamente à GNR, a solução que melhor garante os seus interesses, é a construção de um Quartel novo, o mais próximo possível das suas atuais instalações". Fim de citação -----

Pois bem, chegados ao dia de hoje, 29/04/2025, insiste V. Exa., Sr.ª Presidente do Executivo, num erro grosseiro, que vai penalizar Sabrosa, as suas Instituições, e em última instância a sua população, à semelhança do Mercado dos Produtos Durienses, um projeto que a concretizar-se representa mais uma oportunidade perdida face aquilo que devem ser objetivos ambiciosos no que à realização de investimentos públicos diz respeito, o que não se aceita, nem se compreende, o nosso Concelho, à semelhança de outros no Distrito, a grande maioria, merece ter infraestruturas ao nível do que de melhor se faz no mesmo. -----

Concluindo, considerando o exposto, e ainda o facto de este assunto nunca ter sido, em termos de candidatura ou projeto, colocado de forma prévia à consideração e apreciação dos Membros do Executivo em sede própria, para conhecimento e recolha de contributos, deve a Sr.ª Presidente e os seus Vereadores com pelouros, assumir na íntegra todas as responsabilidades do ponto de vista legal ou outras, pela boa execução e gestão do mesmo, seja em termos físicos, administrativos ou financeiros, contando com a solidariedade de quem aprovou a Proposta de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Sabrosa, na sua Presidente do Executivo, tudo conforme deliberado e votação tida em Reunião do Órgão efetuada em 19/05/2022, no Ponto 3.3 da sua Ordem de Trabalhos. -----

Apresentamos ainda a nossa indignação e protesto veemente, pelo facto e segundo informação transmitida pelo Sr.º Vice-Presidente da Câmara ao Vereador do PSD/Sabrosa, de que a Sr.ª Presidente do Executivo já se encontrava em 17/04/2025, em Lisboa para proceder a outorga




deste documento, não estando ainda o mesmo apreciado e devidamente aprovado, nem havendo qualquer Delegação de Poderes para assinatura do mesmo. -----

Salientamos ainda o facto desta prática ser recorrente desde o início do atual Mandato Autárquico, ou seja, a Sr.^a Presidente do Executivo, Helena Lapa, vinculou o Município, assinando vários Contratos sem estar devidamente legitimada para o efeito, o que do ponto de vista legal é inaceitável. -----

Pelo exposto, e considerando os argumentos apresentados, entende o PSD/Sabrosa não estarem reunidas as condições mínimas, em termos de credibilidade, para serem aprovados os documentos constantes, daí a nossa abstenção em sede de votação". -----

De seguida, tomou a palavra o Deputado José Adelino Gonçalves, apresentando uma intervenção, do seguinte teor: "Queremos congratular-nos nesta assembleia, e de forma pública por, finalmente, ter sido assinado, no passado dia 17 de abril na sede do MAI, em Lisboa, o contrato de cooperação Interadministrativo entre o Município de Sabrosa e a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. -----

Que vai permitir proceder às obras de reabilitação e ampliação dos edifícios da antiga Escola Primária de Sabrosa para a instalação do novo posto territorial da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Sabrosa, uma obra urgente e que há muito já deveria estar em andamento. -----

Como sabem, o Município de Sabrosa trabalha desde há muito neste projeto, completou as suas obrigações neste processo há muitos meses e, desde então e, estranhamente, há quase um ano que estava tudo parado nos gabinetes do ministério. Finalmente o procedimento está desbloqueado. Ficamos todos a ganhar". -----

Tomou a palavra a Presidente da Câmara Municipal esclarecendo que foi convocada pela Sr.^a Ministra da Administração Interna para a assinatura do contrato interadministrativo, em data e hora por ela designada e que quando procedeu a tal assinatura a reunião do Executivo já tinha terminado e como tal, considera que tinha total legitimamente para assinar tal contrato. -----

Quanto às instituições Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa e a Fundação Patronato de Santo António serem prejudicadas, não entende ser esse o caso, até porque esta decisão de utilizar as instalações da antiga escola primária de Sabrosa para quartel da GNR vem do anterior Executivo Municipal e apenas a Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa, mostrou a intenção de utilizar aquele espaço como um armazém, já depois de este projeto estar em andamento. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, a ratificação da celebração do Contrato de Cooperação Interadministrativo entre o Município de Sabrosa, a Secretária-geral do Ministério da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, para obras de reabilitação/ampliação de um imóvel para a instalação do novo Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Sabrosa, com 4 (quatro) abstenções dos Deputados Suzanne Peixoto, Maria João Bessa, Fernando Silva e Luís Baptista. -----

----- **Ponto três: Período de Intervenção do Público:** -----

Não houve qualquer inscrição para intervenção neste ponto da ordem de trabalhos. -----

- Todas as deliberações foram aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e da Deliberação desta Assembleia Municipal tomada na Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022. -----

----- Pelas vinte horas e trinta minutos deu-se por encerrada a Sessão da qual se lavrou a presente ata. -----


